



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2025

Ata n.º 42

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, na **Sede do Grupo Desportivo e Recreativo dos Olhos de Água**, por convocatória de vinte e nove de abril, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Carla Cecilia de Oliveira Agapito Valério; -----

Segundo Secretário: Luis Matias Afonso; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da ata de 24/03/2025; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos às freguesias do concelho**; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2024 - **Estatuto do Direito de Oposição**; -----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento da **Informação Semestral Económica e Financeira do município**; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta relacionada com a **Taxa Turística**; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à proposta de **Renovação do Contrato Parceria - Museu ZerO**, pelo valor de 10.500€; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao **Protocolo para Funcionamento da 1ª e 2ª Equipas de Intervenção Permanentes (EIP)** de Albufeira, pelo valor de 299.876,84€; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao **Protocolo para Funcionamento da 4ª Equipa de Intervenção Permanentes (EIP)** de Albufeira, pelo valor de 155.320,79€; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21

de fevereiro, referente ao **Apoio à ACRAL no âmbito do Projeto "Formação Empresarial Conjunta (Formação-Ação)**, pelo valor de 85.762,50€; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2024; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2024; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Concurso Público para fornecimento de três autocarros e duas viaturas ligeiras de 9 lugares, todos equipados para o Transporte coletivo de crianças, com bancos amovíveis para transporte de cadeira de rodas e plataforma elevatória de acesso, pelo valor base de 990.000€ + IVA; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à **Declaração de compromisso da capacidade para a realização de investimento para aquisição de veículos operacionais de combate a incêndios**, pelo valor de 915.000€; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, David Antony Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Carla Cecilia de Oliveira Agapito Valério, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, Teresa Cristina da Palma Neto, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Raul Ferreira, Leonardo Paço, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Carlos Mendes. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos



imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, David Ferreira, Carla Agapito, Rui Serôdio e Teresa Neto. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Obrigada a todos por estarem cá, agradecer à Mesa por fazer hoje esta nossa reunião aqui em Olhos de Água, e de acordo com a nota introdutória do Doutor Francisco Oliveira colocar aqui algumas questões ao Senhor Presidente. Em dois mil e vinte e dois, foi assinado um protocolo de colaboração entre o Município de Albufeira, a Secretária-Geral da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, para reabilitação das instalações da GNR aqui, em Olhos de Água. Gostaria de saber, Senhor Presidente, como está este processo? Segunda questão, é uma questão que já foi aqui colocada duas vezes, no mínimo, que tem a ver com reforço de verba para a deservagem. A primeira vez que o fiz, foi por ofício em dois mil e vinte, se a minha memória não me falha e justificando o porquê deste pedido, este mandato está a acabar e até agora a verba não aumentou. O que aumentaram foram as ervas, entre aspas, permitam-me esta linguagem menos polida, acontece que cada vez mais, há mais aldeamentos, aldeamentos esses que ficam entretanto também a juntar à metragem que já existia, e a minha questão é saber, Senhor Presidente, em que ponto está também este pedido anteriormente feito. Queria aqui também deixar uma questão sobre dois concursos que penso já estar em fase de concurso, que é o armazém para os operacionais, quem é habitue destas reuniões sabe em que condições os nossos operacionais da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, em que condições é que eles comem, trocam de roupa, etc. Têm conhecimento disso. Sei que, pelo menos acredito que este processo já se iniciou, de acordo com o senhor engenheiro Valdemar, em que acredito e, portanto, sei que começou, gostava de saber com o Senhor Presidente, que me indicasse em que ponto é que está este assunto. Também já tinha aqui referido esta minha preocupação, a baixa dos Olhos de Água, toda a gente conhece a praia, vou me explicar desta forma, tem um pin, e depois do pin para baixo, portanto, está lá para



isso, é uma zona sem carros, e o que acontece é que se descerem e virarem à direita deixam de ter iluminação pública, não há iluminação pública até lá em cima aos arrumos que agora a câmara e bem arranjou. Também me foi dito, pelo engenheiro Vítor Vaz, que este problema estava a ser resolvido. Portanto, Senhor Presidente, são estas minhas três preocupações que lhe deixo aqui, a iluminação, o armazém, o reforço da verba e saber exatamente como está o tal protocolo de colaboração assinado entre a Secretaria-Geral da Administração Interna, a GNR e a própria Câmara Municipal.” -----
Presidente da Câmara: “Boa tarde a todos, obrigado pelas questões que foram colocadas, muito pertinentes, apesar de muitas delas não dependerem daquilo que é a necessidade de alguma celeridade, porque, no fundo, tudo isto é muito moroso e quando tem entidades externas pior ainda. O caso da GNR depende da Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna e da Guarda Nacional Republicana, tem sido um problema extremamente complexo. Neste momento está para o Ministério responder sobre a questão do financiamento que já caducou o outro financiamento e tem que ser recuperado novo. Esperamos que isso se resolva o mais rapidamente possível, até com a entrada do novo Governo espero que isso se desenvolva rapidamente. Relativamente à deservagem, as questões já foram analisadas, estão para ser tratado em sede de contrato interadministrativo a estabelecer entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, portanto, quando for caso disso irá ser tratado. Relativamente à iluminação da baixa dos Olhos de Água, em tempos falei com o senhor engenheiro Vítor Vaz, que temos um projeto já aprovado, salvo erro até já adjudicado, só que para fazer valas nesta altura, naquele sítio, não é muito curial que isso aconteça, porque é uma zona praia, portanto, vai ser posto lâmpadas no holofote lá está, e que vai ficar com iluminação, já está adjudicado e só agora o fornecimento dessas lâmpadas para serem colocadas e para ter a devida iluminação. Relativamente à questão do armazém, a semana passada recebemos o projeto de execução, com a arquitetura de especialidades, neste momento está a ser feiro o caderno de encargos para se lançar o concurso.” -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Ivone Extreia: “Boa tarde a todos, moro na freguesia de Paderne, Cerro do Ouro e exatamente perto de onde eu moro, mais precisamente no Cerro do Roque, está a ser implementada a rede de esgotos. Acontece que há uma zona com mais casas, mais habitações, por exemplo na zona onde eu moro e mais uma aldeia próxima, que vai ficar



como se fosse uma ilha, sem esgotos. A cerca de duzentos metros da minha casa já existem esgotos antigos, a rede que está a ser implementada é a cerca de oitocentos, um quilómetro no máximo, e a zona onde está com mais casas, que é a urbanização Cerro de Ouro, são doze habitações, mais outra série de casas que há pela estrada, mais uma aldeia, que é uma aglomeração de casas, que é a aldeia do Cerro do Roque e gostávamos de saber porque é que essa zona não está a ser completada com a rede de esgotos. Há mais pessoas para falar, que têm mais a acrescentar, porque inclusivamente, já foram enviados emails para a câmara e não houve resposta, mas isso depois falará a pessoa indicada." -----

Augusto Santos: "Boa tarde, o Senhor Presidente já sabe do meu caso, e eu agora vinha pedir ao Senhor Presidente, falei com um amigo meu arquiteto, que me diz das duas extremas, duas propriedades que é dois metros e meio para cada lado. Eu ando aqui metido nestas andanças, não foi o senhor, foi a Câmara de Albufeira deixou construir a casa a sessenta centímetros da minha extrema. E agora queria que o Senhor Presidente perguntasse ao senhor Presidente da Junta da Guia, qual foi o motivo que ele mandou fazer este triangulo à minha passagem numa passagem privada."

Isabel Pinheiro: "Boa noite a todos, foi apresentado um pedido de fiscalização em oito do dois de dois mil e vinte e quatro, em causa uma construção ilegal que está a pôr em risco a segurança pessoal e patrimonial dos residentes e outros. Conforme despacho assinado pelo Senhor Presidente, com a data de vinte e nove do cinco de dois mil e vinte e quatro, é referido no ponto número dois, foi elaborada participação número pi sessenta e nove dois mil e vinte e quatro, que é remetida para a divisão jurídica e contencioso para instrução de eventual processo de contraordenação e ordem de reposição da legalidade, demolição. Hoje, um ano depois, essa loja, montra de uma imobiliária DS, ainda se encontra intacta, até quando os residentes têm de continuar trancados em casa para se sentirem inseguros? Será que existe alguma data para a reposição da legalidade? A segunda reclamação, eu apresentei uma reclamação no livro de reclamações, folha número vinte e oito, no dia dezanove do quatro de dois mil e vinte e quatro, na escola, no agrupamento das Ferreiras, o motivo da reclamação foi risco iminente provável de explosão de equipamento a gás. Trata-se de um equipamento industrial de grandes dimensões, um metro e dez de largura, oitenta ou noventa centímetros de profundidade e noventa a um metro de altura, medidas aproximadas prováveis. Trata-se da fritadeira basculante. Trata-se do mesmo equipamento que, no



passado dia três de outubro de dois mil e vinte e três a tampa caiu na minha cabeça devido a avaria, provocando o acidente de trabalho. Sendo a reclamação apresentada no agrupamento, que é quem devia responder, a quem ou entidade devo questionar a falta de resposta, sendo que até hoje não recebi. Aqui, na casa da democracia, declaro que a sanção foi aplicada imediata no preciso dia vinte de abril de dois mil e vinte e quatro, com a intervenção e presença do senhor vereador Vítor Ferraz, aqui presente, na qualidade de diretor do agrupamento com posteriormente conhecimentos dos demais superiores, quanto tempo é expectável para se obter uma resposta efetiva a reclamações apresentadas, sendo que nestas duas indicadas passou um ano e não se vê resposta concreta, apenas sanções?" -----

Alexandre Sena: "Boa noite, o tema que trago aqui é precisamente o mesmo já apresentado aqui pela vizinha, portanto, nós temos uma moradia ali no Cerro do Roque, em Paderne, estamos em processo de reabilitação da moradia, temos uma família numerosa e, no nosso ponto de vista, não faz sentido absolutamente nenhum deixar de fora aquelas moradias sem o devido saneamento básico. Nós acreditamos que é uma questão de olhar com atenção para aquilo que está a acontecer ali no Cerro do Ouro, no Cerro do Roque, porque não é por uma meia dúzia de metros que não vai atingir e chegar aquelas moradias, neste caso, à nossa que somos uma família numerosa, temos quatro crianças e queremos a regressar às origens da nossa família e não há saneamento básico. Não faz sentido nenhum, nós estamos ali a começar a reabilitar uma moradia antiga da nossa família e não temos saneamento básico naquela zona." ----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, o ano passado houve alguns problemas e não só o ano passado, de comportamentos não bons, digamos assim, e foi prometido que ia haver um código de conduta, que já se em Junho faria um ano e acho eu que comparado com o ano passado a situação é pior, seja por violência nas ruas, continua havendo a oferta de droga em muitos pontos da cidade, também parece que há um pouco mais de policiamento, mas não em pontos que eu acho que deveriam de estar. Queria ver qual é a questão do código de conduta, se vai ser implementado, quando, como, onde, porque também acho que não vai ser a solução de todos os males, mas pelo menos vai dar pelas forças legais, legislativas para a segurança pública poder intervir, porque continuam situações e está cada vez, eu acho, um bocado pior que o ano passado, e que já vinha pior de outros anos. Sobre a deservagem também estou de acordo com a Presidente, acho que é uma questão que se arrasta há muitos anos e, portanto, tendo uma taxa



turística que eu elogiei, o ano passado foi implementada, já deveríamos ter uns euros a mais no orçamento, a deservagem numa cidade que quer ser turística, vamos até ao Canadá e Estados Unidos promover Albufeira e acho que a deservagem é uma das questões talvez mais importante para o primeiro impacto, chegam logo e já ver a cidade com ervas pelas estradas, acho que não faz bem, nem quando tiram fotos e tudo isso, portanto, acho que é uma questão muito importante. Segunda coisa, há um fenómeno nas redes sociais, nestes meses, um cachorro chamado Henry, foi um fenómeno mais turístico, ou residencial das comunidades britânicas, que tem falecido e tem sido muito comemorado, e há muita gente querendo financiar uma placa, ser for possível de lembrança, então eu queria saber se o Presidente da Câmara poderia dar-nos uma resposta, se acha uma boa ideia, ou procurar um espaço, pago pelos privados, ou se quer colaborar a Câmara Municipal, seria também uma questão quase turística, morava perto da AHSA e, portanto seria também uma atração turística, as postagens com ele superavam mais de cem mil visualizações, criou-se este fenómeno turístico nas redes sociais sobre Albufeira. Por último venho aqui também, da parte de muitos amigos da comunidade Sikhs, agradecer pela autorização feita para a procissão religiosa que eles fizeram e assim Albufeira, mais uma vez, este executivo demonstrando abertura para uma cidade que é cada vez mais multirracial, multinacional, multirreligiosa, portanto, é uma coisa que não será esquecido." -----

Sílvio Strada: "Boa tarde, sou italiano residente em Albufeira, desculpem mas ainda não falo bem português, mas estou a aprender. Venho falar do cruzamento da estrada das Sesmarias com a estrada de Vale, é muito perigoso e nos últimos tempos tenho assistido a muitos acidentes, diariamente vejo carros a virar à esquerda, que é sentido proibido. Pergunto se é possível colocar um sinal de proibição de virar à esquerda e um sinal de sentido proibido que esteja visível na estrada das Sesmarias, porque o sinal existente apenas é visível do outro lado da estrada, como quem vem da Marina." -----

Tiago Brás: "Já foi falado aqui a questão que me trouxe aqui, já foi aqui aflorado por este senhor, que é meu vizinho, por esta senhora, isto prende-se com a questão dos esgotos na zona do Cerro do Roque, no dia vinte e três de março tive a oportunidade de fazer um requerimento dirigido à Câmara, onde os meus vizinhos, daquela área já aqui mencionada, todos eles assinaram, subscreveram esse requerimento e foi enviado no dia vinte e três. Marcamos presença também na Assembleia de Freguesia em Paderne, relativamente ao mesmo assunto e entretanto, hoje constatei que, de facto,



foi dada resposta a esse email, precisamente hoje. Resposta essa que vem assinada pelo Senhor Presidente, e que nos pede para juntar uma planta de localização para conseguirem definir exatamente o local onde nós estamos aqui a falar. Isto porquê? Porque, de facto, a implementação dos esgotos está a ser feita naquela área toda em redor, e de facto, aquele intermédio que estamos a falar, creio que não deve chegar a quinhentos metros, ou setecentos, por aí, aquela área ficou sem implementação de esgotos. Eu quando tive conhecimento que essa área não ia ser abrangida tive iniciativa de me deslocar à seção de saneamento, no Cerro da Águia, e falei com o engenheiro que disse que foi ele que delineou aquela rede de esgotos, e que me recomendou então fazer este requerimento dirigido à Câmara, no sentido de, enfim, por vir também a ser contemplados com essa mesma rede de esgotos. O que estou aqui a fazer não é de todo uma reclamação, por não ter sido contemplado, mas a apelar para que se possa, de facto, colocar lá essa rede de esgotos, porque, nas palavras do senhor engenheiro, parece que tudo aponta que há viabilidade para o efeito. Portanto, a nossa petição, ou requerimento foi subscrita talvez por cinquenta pessoas, de facto, são muitas habitações que estão ali nessa situação. Depois, como sabemos, naturalmente, essas habitações têm fossas, não é, e naturalmente que as fossas são um problema que se prende também com questões ecológicas e acho que se no século XXI conseguirmos que essa rede de esgotos que já está ali bem próxima, se não estivesse próxima, eventualmente, podíamos equacionar que não haveria viabilidade, tudo mais, mas estando próxima, o que vimos aqui fazer é apelar ao Senhor Presidente para que, de facto, considere essa zona e que implemente lá os esgotos o quanto antes." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente às pessoas que apresentaram a questão do saneamento no Cerro do roque, ainda hoje seguiu um ofício ou email, a solicitar que cada uma das pessoas que assinou a petição que fizeram à Câmara, para colocar lá a rede de águas residuais, apresentassem as plantas de localização das respetivas habitações, para se poder fazer o estudo e fazer o projeto, portanto isso está em andamento. As pessoas têm de entregar aquilo que foi solicitado, para depois com base nisso fazer o projeto. Certamente vai haver diálogo para saber alguns pormenores. Sobre a senhora Isabel Pinheiro, apresentou aqui uma carta que recebeu em dezanove de abril de dois mil e vinte e quatro, da divisão de fiscalização e vistorias da Câmara Municipal de Albufeira, que detetaram uma construção ilegal e que foi alvo de uma participação interna, nesse mesmo dia, que foi remetida para a divisão jurídica. Agora



segue-se aqui um processo jurídico e de prazos, foi notificada a pessoa que prevaricou, que cometeu esta ilegalidade e que agora está no prazo de defesa dessa mesma questão, portanto, das duas uma, ou é possível legalizar e legaliza e apresenta um projeto, ou não é possível legalizar e vai receber ordem de demolição. Caso não cumpra essa ordem de demolição é participado ao Ministério Público, que tomará as devidas ocorrências. Evidentemente, que todas estas coisas, com certeza que não é do dia para a noite, é algo moroso. Agora, se quer que lhe diga, não consigo responder quando é que isto se resolverá. Caso não seja legalizável, não é curial que a construção exista. Relativamente ao senhor Augusto Santos, é um problema complicado de se resolver, o senhor arquiteto Eduardo, que é o diretor de departamento desta área, das obras particulares, está aqui presente, ele vai falar consigo para marcar uma reunião, para estabelecer o que é que há a fazer e os técnicos é que têm que analisar isso. Sobre a questão do senhor Paolo Funassi, sobre o código de comportamentos, estive no período de discussão pública, que é obrigatório, posteriormente tendo em conta os contributos, como qualquer código ou regulamento, tem que ter discussão pública, há um período de tempo em que as pessoas podem participar e contribuir para alterar, para modificar, e depois o grupo de trabalho que elaborou a proposta de código reuniu com a coordenação do Senhor Vice-Presidente, na semana passada e está prevista ir introduzindo algumas alterações e está previsto ir à próxima reunião de câmara de amanhã a oito dias. Posteriormente terá que ir à Assembleia Municipal e terá que ser publicada em Diário da República e só depois daí é que entra vigor. Relativamente ao cruzamento da estrada das Sesmarias, com a estrada do Vale, está aqui o diretor de departamento desta área de trânsito, que agora fala consigo para irem ver no local o que é que se pode fazer nesse mesmo sítio." -----

Paolo Funassi: "Para saber sobre a questão do cachorro que falei, da placa, se digo às pessoas que estão interessadas que podem enviar um email?" -----

Presidente da Câmara: "Então se quiser mande, não é aqui que vou responder sobre a questão da placa do cão." -----

Vereador Vítor Ferraz: "Boa noite a todos, esclarecer aqui a senhora Isabel Romão de alguns factos que ela aqui apresentou, que não correspondem à verdade. Relativamente à reclamação que apresentou, houve uma resposta do agrupamento para o email da reclamação, via amarela da AMA e para o atendimento a DGEstE no dia vinte e nove de abril, às dezoito horas e três minutos. Foi enviado um email com resposta



relativamente à reclamação, porque isto tem prazos para cumprir e nós enviamos isso e depois compete às entidades, foi com o conhecimento também ao município, portanto, as entidades têm essa responsabilidade, depois responder à reclamante, portanto, não é da nossa competência fazer isso e fizemos nessa altura, portanto, essa parte não é connosco. Falou aqui de uma pena, mas quero lembrar a senhora Isabel Romão que não houve processo disciplinar portanto não houve penas aplicadas, houve apenas uma substituição relativamente à questão da sua colocação e apenas isso, uma vez que não houve procedimento disciplinar." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa tarde a todos, sobre a questão que o senhor Augusto colocou, para quem não sabe, aquilo é uma obra das Infraestruturas de Portugal, é na N125 e quando eu cheguei à junta já aquele projeto estava feito. Tudo o que é entradas e saídas da N125 tem aqueles triângulos, para dar acesso à N125, nunca esta junta fez algum pedido sobre a colocação ou não, a pintura ou não desse triângulo, ali os únicos pedidos que nós temos feitos, a essa entidade é a nível da pavimentação da rotunda da Guia que está caótica, a situação da deservagem nas bermas da N125, a situação do passadiço para o shopping e também a colocação de umas placas de segurança, em relação ao triangulo não temos nada a ver com isso." -----

Presidente da Câmara: "Uma vez que foram levantadas algumas questões relativamente à questão da Junta de freguesia da Guia, também quero responder em conformidade com aquilo que se passa na realidade. Falou na deservagem, como sabe, a deservagem na N125 é da IP, e o passadiço também é a IP que tem de fazer esse passadiço, portanto, é pena porque isso já foi apresentado por mim, a dois Ministros, já tem dito aqui, é pena que isso não tenha sido ainda feito." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, venho aqui por causa de uma verba que foi atribuída no orçamento dois mil e vinte e dois, ao Padernense Clube, para a aquisição de uma viatura de nove lugares para transporte dos nossos atletas. Passou vinte e dois para vinte e três, passou de vinte e três para vinte e quatro, passou de vinte e quatro para vinte e cinco, estamos no fim do mandato e a verba não aparece. Eu já questionei à antiga direção acerca desta questão, se tinha sido feito algumas diligências no sentido



de virem à Câmara, ou pedirem ao executivo a entrega dessa verba, e parece-me a mim que já houve reuniões, já houve tudo aquilo que era possível apresentar e a verba não chegou, eu queria perguntar, se calhar não senhor Presidente, mas o senhor vereador Ricardo Clemente, o que é que é necessário efetivamente para nós recebermos essa verba? Para que o Padernense receba essa verba, porque faz-nos imensa falta, temos uma formação e franco crescimento, e já agora a formação não só do futebol, mas temos o ténis de mesa também, e já agora aproveito para informar e dar os parabéns à equipa de ténis de mesa seniores que consagraram-se no passado dia doze campeões da segunda divisão da zona Sul e que precisamos de uma carrinha efetivamente para fazer transporte dos nossos atletas, precisamos de os levar aos torneios, precisamos levar os meninos aos campeonatos e a carrinha é essencial, portanto, eu precisava de saber o que é que é necessário apresentar, já que na altura foi feito um orçamento para os vinte mil euros e neste momento, eu não consigo comprar nada abaixo dos trinta mil, portanto, eu precisava de saber efetivamente o que é que faz falta.” -----

Luna Silva: “Na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Doutor José Carlos Rolo e do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Doutor Francisco Oliveira, considerem-se os presentes e os que nos vêm no YouTube devidamente cumprimentados. No passado vinte e cinco de Abril, decorreram as comemorações oficiais da data da Revolução dos Cravos, a data do dia da Liberdade, foram inauguradas duas estátuas, o Rei de Portugal, Dom Manuel Primeiro, e o Memorial aos combatentes do concelho de Albufeira que morreram na Guerra do Ultramar, que o partido Chega desde já começa por congratular. Contudo, dois dias depois, nosso concelho decorreu a celebração do ano solar e aniversário da religião muçulmana, onde uma multidão de sikhs, vindos do Algarve, Alentejo e até de Lisboa percorreram as ruas da nossa cidade, glorificando a sua religião com um exibicionismo atroz contra a religião cristã. Mas facto, é que não se tratou apenas de um ato religioso, foi dito pela própria organização, em pleno canal televisivo português, o seguinte: a Índia ocupou a nossa terra Punjab, estamos a travar uma batalha política contra a Índia para libertar Punjab, porque a nossa terra não é livre. Nas ruas de Albufeira reivindicaram ainda a independência face à Índia e agitaram a bandeira de uma futura república de Calistão. Mesmo no estrangeiro continuam a reivindicar a independência contra a Índia. Frases ditas pela jornalista da reportagem, ou seja, esta celebração não tratou apenas de ser um ato religioso, mas também de uma ação



política completamente camuflada. Eu pergunto o Senhor Presidente, se tinha conhecimento desta reivindicação política e se houve efetivamente autorização por parte deste executivo para esta celebração? É dito ainda na reportagem da SIC, que não houve autorização por parte das autoridades. É esta, senhor Presidente, uma afirmação falsa ou verdadeira? E os nossos munícipes? Onde prevalece a opinião dos nossos residentes? É que, por diversas vezes, o Senhor Presidente tem acusado as bancadas da oposição de denegrir a imagem de Albufeira, de apenas nos focarmos no negativo, mas facto é que isto não abona nada a favor da imagem de Albufeira, muito pelo contrário, pois já não chegavam vídeos e imagens do que acontece nas ruas noturnas desta cidade, para agora também surgirem estas imagens do qual a câmara deu total consentimento para a sua realização. Tenho dito." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, a nossa intervenção de hoje vai no sentido de recomendar ao executivo o seguinte: nas obras em curso de repavimentação da Avenida do Ténis, sugerimos a colocação de bancos, de canteiros com árvores de baixa manutenção, pois proporcionam uma melhoria visual além de oferecer mais sombra durante os dias de verão. Ao concretizarem-se estes pormenores, consideramos que será uma oportunidade única que não deve ser desperdiçada em prol dos muitos visitantes que por aqui passam. Uma avenida com estas características, tornar-se-ia muito mais apelativa, em contraste com a imagem árida que tem prevalecido até agora. Pequenas ações como estas contribuem para fazer de Albufeira a cidade prometida que todos desejamos. Não podemos deixar de mencionar que após a minha intervenção na Assembleia Municipal de março, bastaram menos de vinte e quatro horas, para que o Senhor Presidente começasse a agir no sentido de tentar resolver algumas das situações por mim referidas. Por isso, hoje quero reconhecer publicamente esta prontidão e dar os parabéns pela rápida resposta na resolução de determinados problemas. Lamento, contudo não poder apresentar fotografias, pois ilustrariam de forma clara o antes e o depois da minha intervenção, seria uma excelente oportunidade para demonstrar a intervenção do executivo, infelizmente, devido à proposta e decisão dos membros do MIPA, do PSD e da senhora deputada independente que votaram a favor da proibição da utilização de imagens nas intervenções dos deputados nesta Assembleia. Esta possibilidade fomos vedada obrigada." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, aquando da discussão e aprovação da carta educativa, levantei aqui a questão do sucesso ou a falta dele no concelho de Albufeira.



Na altura parece que houve pessoas que ficaram pouco surpreendidas e relativamente aos últimos números que saíram no ranking das escolas, gostava só de infelizmente, ter que corroborar aquilo que já disse anteriormente. Apresento aqui alguns números: em seiscentas e vinte e quatro escolas secundárias e básicas e secundárias, a nível nacional, portanto a mediana é trezentos e doze, a ESA ficou em trezentos e setenta, portanto, o meio seria trezentos e doze, a EBSA em quatrocentos e noventa e sete, metade seria trezentos e doze. A nível do Algarve, a ESA ficou em décimo primeiro, em dezoito, e a EBSA ficou em décimo quinto em dezoito também. Nas escolas básicas em mil cento e sessenta e uma escolas, a mediana serão quinhentos e oitenta, Paderne ficou em trezentos e vinte, em ferreiras seiscentos e catorze, EBSA, parte da básica seiscentos e cinquenta e um, a Diamantina Negrão setecentos e trinta e quatro, a Guia oitocentos e setenta e dois e Martim Fernandes oitocentos e vinte e nove, portanto, a mediana era quinhentos e oitenta. Isto para reforçar aquela sugestão que eu na altura lancei, que,, no âmbito do Conselho Municipal de Educação, que se criasse um grupo onde a câmara podia fazer, digamos de pivô neste grupo, porque a própria CCDR também já levantou esta questão do insucesso em Albufeira. Obvio que os nossos alunos não são menos nem mais que os outros, o que há é determinados contextos socioeconómicos muito presentes em Albufeira que conduzem a esta situação. Se o concelho está naquele projeto dos municípios educadores, penso que podia assumir um pouco mais dessa responsabilidade e dinamizar exatamente um grupo de estudo para que apresentasse sugestões às escolas, obviamente com a participação das escolas no âmbito do Conselho Municipal de Educação, de modo a que, de vez se fizesse algo sobre o sucesso, eu diria, um pouco a falta dele no concelho de Albufeira. Porque estes dados são estruturais, não são de agora, podem dizer que em disciplina A ou B já teve bons resultados, é óbvio, a questão é a questão da média e da persistência nestes números. Outra situação tem a ver com a baixa de Albufeira e penso que também na Oura, a pergunta é simples, se a Lei do Ruido está a ser cumprida? Outro ponto é a obra que está a decorrer, e ainda bem que decorre, entre o Cerro do Ouro e penso que até Ferreiras, que tem a ver com a conduta de água do depósito do Cerro do Ouro até Ferreiras ou até Albufeira, não sei o término da obra, a questão é, a obra começou ao desvio para a Quinta do Escarpão e já chega ao Restaurante A Sangria e ainda nenhuma parte foi compactada. A minha questão é, se não podia ser compactada por fases, e não à espera que se termina uma ponta à outra a obra, porque aquilo não tanto



a questão do trânsito, é das residências que estão à volta da estrada. Primeiro foi a lama, agora é o pó e penso que se podia ali minimizar, é óbvio que as obras têm que ser feitas, mas penso que também se deveria ter em conta a necessidade, digamos, de minimizar os custos destas obras." -----

Carla Valério: "Boa noite a todos, a minha questão vai direta ao Senhor Presidente, houve um pequeno tornado, ou um pequeno ciclone há um tempo atrás e levou parte do telheiro da antiga praça dos pescadores. É uma praça nossa, é uma coisa típica nossa, a minha questão é se está planeado arranjar, se há a possibilidade de não se perder aquilo que é nosso, a nossa tradição." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, trazia alguns pontos para reflexão e apresentação, começaria por agradecer a receção do Grupo Desportivo e Recreativo dos Olhos de Água e agradecer também à senhora Presidente da Junta de Freguesia, este local já me trouxe muitas alegrias, eu fui atleta deste clube há trinta e dois anos, na secção de andebol com o Dário Pereira, que foi também atleta do clube e o Ferrão, que foi o treinador e, portanto, certamente que estarmos aqui nos recordam os bons tempos que aqui passamos, dar esta nota e agradecer também ao clube por aqui nos receber. Passando àquilo que são os assuntos antes da ordem do dia, sou freguês desta freguesia passando a redundância, e queria reforçar aquilo que já aqui foi falado no que diz respeito à deservagem, porque realmente se fizermos uma pequena caminhada pelas ruas mais importantes da cidade, nota-se que é preciso algum cuidado e daquilo que me vou apercebendo por falar com a senhora Presidente e com alguns membros da Junta de Freguesia era importante haver um reforço daquilo que é a possibilidade de intervenção da Junta de Freguesia. Por ser uma freguesia um pouco dispersa mas também por ser uma freguesia que acaba por ser o espelho turístico, seja a parte de Albufeira, seja a parte dos Olhos de Água era importante realmente ter isso em conta e apelava ao senhor Presidente, que efetivamente pudesse, como já disse, intervir o mais rapidamente nesta questão para que pudesse haver outra energia daquilo que é esta esta matéria. Gostaria também de falar, porque me chegou esta questão por algumas pessoas, na obra da Avenida do Ténis. Acho que aquela obra é uma obra extremamente importante para o município, é uma obra que naturalmente por aquilo que é a dimensão e a complexidade técnica tem as suas condicionantes, mas deixava aqui um apelo para que, junto do empreiteiro e junto da fiscalização da obra se tentasse minimizar aquilo que for possível, o impacto que aquela obra está a ter ali nos



residentes e no à escola primária da Avenida do Ténis. Dava aqui essa nota para que se pudesse intervir nesse sentido. Outra questão que gostava de aqui trazer tem a ver com aquilo que é a atribuição dos atestados de residência por parte das juntas de freguesia. Eu sei que da parte da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água tem havido um cuidado extremo daquilo que é a atribuição desses atestados, tem havido mesmo coragem da senhora Presidente, e esta semana fui confrontado com uma imagem que possivelmente muitos de vocês viram, de uma rua do nosso concelho com centenas de cartas da mesma morada dirigidas a pessoas que possivelmente já nem lá estão, umas estavam outras não estavam, portanto, apelava àquilo que é o cuidado máximo da atribuição destes atestados de residência. Agora que tanto se fala, no âmbito da campanha eleitoral da questão do controlo da imigração, eu acho que isto é uma temática importante e todos nós devemos colaborar naquilo que são as nossas possibilidades. E, portanto, sabendo que a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água está a ter esse cuidado, gostava também de saber se os outros Presidentes das outras Juntas de Freguesia estão a ter esse cuidado, estão a fazer essa triagem. É lógico que não se obriga os Presidentes de Junta a ser polícias e a averiguar se realmente moram ali cinquenta pessoas naquela morada, mas como são conhecedores e estão próximos da população, gostaria de saber se efetivamente estão a ter esse cuidado. O último ponto que aqui me traz e que eu não poderia deixar de falar, porque teve o impacto que teve, não vou aqui avaliar se o impacto foi positivo ou negativo, teve realmente algum impacto aquela a manifestação pseudo religiosa, porque eu soube efetivamente que houve uma mistura e de uma fonte relativamente segura, houve ali uma mistura de religião com política e, portanto, também apelava àquilo que é o cuidado do município naquele tipo de manifestações, que certamente o nosso povo não teria em terras de além mar, e que os povos vêm para cá, têm liberdade que querem, fazem aquilo que querem mas eu acho que era importante haver alguns limites." -----

Helena Simões: "Boa noite a todos, aproveitando porque estamos em Albufeira e Olhos de Água, começava por parabenizar a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água pelo sucesso de mais uma edição do Albufeira Sea Fest, ainda que este ano, em conjunto com a autarquia, com a Câmara Municipal, não deixou de ser a mentora da festa e pelo que estarmos aqui é importante estar a parabenizar. Depois em relação à intervenção do deputado Domingos, bastante pertinente e preocupante, do sucesso ou insucesso escolar dos nossos alunos, que é algo que pelo menos, os nove anos que eu



estive na CPCJ, foi algo que foi objeto de estudo e preocupação, inclusivamente foi apresentado outrora um projeto que visava resolver o problema dos jovens que muitas vezes estão desacompanhados, porque nós vivemos numa zona de veraneio, onde as pessoas na altura do verão trabalham, têm dois e três trabalhos e as crianças passam muito tempo por vezes desacompanhadas, e isso também desencadeia o insucesso escolar, infelizmente, esse projeto nunca viu a luz do dia, mas seria algo importante, eventualmente repescar lá atrás e dar um melhor acompanhamento às nossas crianças. Por último e não menos importante e não obstante também não ter muito a ver com a autarquia, eu gostaria de parabenizar as forças policiais locais, a proteção civil, na abordagem e na postura que tiveram perante a situação inusitada e insólita que vivemos a vinte e oito de abril, perante o desconhecido, a realidade é que as forças policiais estavam na rua, a polícia municipal também estava na rua e, de alguma forma, a articular e a manter a situação ordeira, pelo que acho que é importante parabenizar aqui e agora." -----

Luna Silva: "Por norma, costuma congratular a Câmara Municipal, mas hoje tenho de congratular o meu caro colega Carlos Quintino, por reconhecer que houve efetivamente uma mistura da religião com a política. Apenas corrigir o meu colega, foi o partido PSD que usou a imigração com campanha eleitoral e não o partido Chega." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à senhora deputada Carla Madeira, depois vou pedir ao Senhor Vice-Presidente que responda, uma vez que trata-se de área do desporto. A deputada Luna Silva, sobre a questão da manifestação dos sikhs, não tinha conhecimento, não me foi transmitido, de maneira nenhuma as questões políticas, agarradas à situação religiosa, portanto, nada disso, é uma manifestação como outra qualquer, não carece de autorização do município, carece apenas de uma comunicação às forças de segurança. As forças de segurança entenderam que estava tudo nas devidas condições, alterámos um pouco o percurso, que estava para ser feito de uma determinada forma e que fosse de outra determinada forma, à semelhança das duas manifestações que houve aqui há dias, da direita e da esquerda que houve, que já ninguém fala, mas houve também essas duas manifestações no mesmo dia, e também não se encontraram precisamente porque a Câmara Municipal em consonância com a GNR estabeleceu percursos diferenciados para que precisamente não houvesse esse encontro. Aqui, a GNR entendeu que estava tudo com parecer favorável, e foi dado parecer favorável à questão do percurso, o percurso foi feito, foram feitas algumas



inspeções, não houve problema absolutamente nenhum. Falando com o Major apenas houve uma apreensão de uma arma que eles têm para os rituais deles, portanto, não tem nada a ver com arma de ataque nem defesa, nada disso, mas pronto, foi capturada a arma e ele foi identificada o portador dessa mesma arma, portanto, não houve absolutamente problema nenhum. Se esta questão tem a ver com o Calistão ou se tem a ver com outra coisa qualquer encapotado politicamente à sombra da religião, pois não é à Câmara Municipal compete fazer isso. Recordo que uns dias antes, em Lisboa uma manifestação que não teve o parecer favorável da PSP e foi realizada mesma e teve os problemas que teve. Esta aqui teve o parecer favorável da GNR, e felizmente não originou problemas nenhuns. Se isto é positivo ou negativo, não me vou pronunciar sobre isso, até porque Albufeira é cosmopolita, tem aqui gente de imensas nacionalidades, evidentemente que temos que conviver com isso, agora tem que ser criterioso, tem de ser com regras. Não podemos escancarar a porta, como se costuma dizer, nem podemos fechar a porta, porque precisamos dessa gente toda, tal qual e recordo que nós em tempos, e eu sou de uma aldeia onde muita gente foi para França em determinada altura, nós em tempos fomos para a França fazer praticamente as mesmas coisas que algumas dessas pessoas estão cá, e também sei o que muita gente passou em França nessas alturas e nessa circunstância e o que é que eles representaram para França, tanto que ainda existe uma enorme comunidade de descendentes alguns portugueses e outros já nem são portugueses, mas são descendentes de portugueses em França e no Luxemburgo, essencialmente nestes dois países. Portanto, nós temos que viver com isto, agora tem é que haver critérios, regras e, com certeza que quem vier por bem será bem acolhido. Relativamente à questão da senhora deputada Mónica Félix, agradeço as suas intervenções e dizer que acho que há coisas que se dizem, dependendo muitas vezes, eu digo alguns comentários sobre as questões levantadas aqui mais pela forma como diz e não tanto pelo conteúdo, porque conteúdo, com certeza, toda a gente sabe que existe buracos na estrada, que existem repavimentações para fazer, toda a gente sabe que existe a questão do sucesso/insucesso das escolas, a questão dos rankings das escolas, conforme o deputado Domingos foi aqui falou, evidentemente que há que assumir essas realidades. Agora, quanto ao resto, temos de ir fazendo aquilo que é possível fazer, desde que se tenha conhecimento do mesmo. Relativamente ao deputado Domingos Coelho, sobre a questão das escolas, já vou passar à vereadora Cláudia para tecer alguns comentários,



embora todos saberemos com certeza que não compete à Câmara Municipal gerir a parte pedagógica, a parte do ensino dos agrupamentos escolares nem nas salas de aula. Compete sim, dar um apoio aos estabelecimentos escolares dos agrupamentos, para que seja repercutido nos alunos seja repercutido obviamente na promoção do sucesso escolar. Relativamente à Lei do Ruído, ainda hoje falei com o Vice-Presidente e marcamos uma reunião para a próxima semana com alguns dos intervenientes nestas áreas, atendendo que é uma situação de alguma efervescência, digamos assim, de alguma dinâmica exagerada, para evitar que se prolongue e que continue a “ad eternum” durante o verão fora. Sobre a obra na N395 aquela é uma obra com alguma complexidade de execução, é uma obra que, conforme tem reparado ao longo destes anos, com certeza, repararam que muito frequentemente havia ruturas naquela estrada, a água que se perdia era imensa, reparava-se hoje mas depois de amanhã já estava outra rutura, enfim, agora vai ficar tudo substituído, desde o reservatório do Cerro do Ouro, ainda falta um troço para depois chegar ali às Ferreiras, que é precisamente para evitar esse tipo de coisa. Dia vinte e dois vai ser posta uma camada de pavimento já naquela parte que está feita, não sendo definitivo, fica uma primeira camada para evitar esse tipo de problemas de tráfego. Relativamente à senhora deputada Carla Agapito, sobre a questão das telhas do telheiro, com certeza que irá ser reposta, estão em procedimentos e a seu tempo será visto. O senhor deputado Carlos Quintino, sobre a questão da Avenida de Ténis, o empreiteiro já foi notificado para que possa fazer uma primeira pavimentação, para ficar já alguma parte aberta, para evitar que haja mais constrangimentos para ver se conseguimos evitar esse problema. É uma obra com um grau de dificuldade enorme, aliás, todas as obras de redes viárias que têm canalizações agregadas são sempre difíceis, só sempre mais problemáticas e se for com iluminação pública pior ainda, elas têm que ser feitas, infelizmente ou felizmente, ainda bem que são feitas.” -----

Vice-Presidente: “Quero agradecer naturalmente a intervenção, agradecer e cumprimentar as pessoas que estão lá em casa e dizer que, para mim é de uma enorme satisfação estar aqui hoje, porque efetivamente, este espaço representa aquilo que foi a aposta da política desportiva do município e portanto, queria cumprimentar naturalmente os órgãos do grupo dos Olhos de Água, porque temos aqui um espaço reabilitado que foi feito exatamente com esse propósito, reabilitamos, investimos e não gastamos mais de duzentos mil euros aqui e, portanto, têm aqui um espaço digno



para nossa comunidade. Só uma breve abordagem sobre a questão da deservagem, naturalmente que não sendo o tema aqui em foco, dizer que, naturalmente, é uma preocupação e que também reside aqui, mas, de qualquer maneira, temos que nos lembrar que hoje em dia não é possível às empresas aplicarem os produtos químicos na deservagem e, portanto, espero que todas as freguesias tenham uso dessa intenção e, portanto, também façam a sua deservagem, não aplicando os produtos químicos que é importante para salvaguardar o nosso ambiente. Relativamente à questão do Padernense Clube, eu realmente estou surpreendido, não me leve a mal, porque a autarquia desde o início do mandato, investiu cerca de seiscentos mil euros no Padernense Clube, investiu com o campo dos Montes dos Elóis, investiu com requalificações no Estádio João Campos, investiu com requalificações no pavilhão desportivo e foi cedido um autocarro de vinte e sete lugares ao Padernense, que foi devolvido, tive conhecimento agora, portanto, em conversa com o senhor vereador Ricardo Clemente que o autocarro tinha sido devolvido, portanto, é surpresa para mim, portanto, essa situação da carrinha tinha ficado sanada para mim com a cedência do autocarro, da mesma maneira que nós fizemos esse tipo de aposta com o Imortal Desportivo Clube, com o Guia, e com Ferreiras. Essa situação dos vinte mil ou dos trinta mil euros para aquisição de uma carrinha, é a primeira vez que eu estou a ouvir, porque ficava plenamente sanada com a situação da cedência do autocarro, portanto, quem investe seiscentos mil euros no Padernense Clube, pode investir naturalmente, mais vinte ou trinta mil, se for necessário comprar a carrinha. O que é um facto é que eu, enquanto vereador com o pelouro do Desporto, não me foi dito frontalmente que o Padernense necessita de uma carrinha e que a carrinha custa vinte ou trinta mil euros, portanto, nós cedemos o autocarro, o autocarro eu não sabia, soube agora que foi devolvido e, portanto, da minha parte, o meu processo de compromisso com o Padernense estava concluído, mas vou naturalmente, conversar com o Presidente do clube no sentido de procurar aferir o que é que se está a passar, porque efetivamente é uma questão de rubrica, de acrescentar mais vinte ou mais trinta mil euros que, tendo em conta o investimento que foi feito naquele clube, parece-me a mim que seja um valor residual. Portanto, fica aqui o compromisso, vamos resolver a situação, vamos então rececionar de volta o autocarro de vinte e sete lugares que tínhamos cedido e vamos arranjar uma situação de compromisso para resolver a situação do Padernense



com cedência numa carrinha de nove lugares de vinte ou trinta mil euros e, portanto, amanhã já vou falar com o Presidente do clube." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, respondendo à questão que foi aqui colocada sobre uma preocupação efetivamente que já tem algum tempo, relacionada com o abandono escolar e o insucesso escolar e, pegando nas palavras do Senhor Presidente, temos trabalhado durante estes últimos anos, efetivamente na promoção do sucesso escolar. Isto vem na sequência, e quero ser breve na explicação, da preocupação que o Algarve tem com este fenómeno do acréscimo de crianças e jovens, multiculturalidade e de todos os fenómenos que têm acontecido na nossa sociedade e com os quais provavelmente não estávamos preparados para isso, mas dizer que, de forma resumida, foi essa a nossa preocupação e com os agrupamentos e com as entidades, nomeadamente IPSS, temos desenvolvido alguns projetos e queria salientar o "SQIILs", por exemplo, que vem sequência de uma candidatura que foi apresentada pela AMAL ao qual a Santa Casa da Misericórdia concorreu, tendo a Câmara Municipal como parceiro e que já está em atividade nos três agrupamentos e que começamos um trabalho justamente para estarmos atentos às dificuldades que os jovens apresentam, trabalhar em proximidade, quer com jovens, quer com as famílias. Em simultâneo com isso e não nos sobrepondo, mas querendo ainda acrescentar uma equipa, abrimos concurso para recursos humanos na área das assistentes sociais e da psicologia, para construir uma equipa multidisciplinar, para dar apoio aos três agrupamentos. Isto sempre em articulação com os três agrupamentos que, em simultâneo, também têm vindo a desenvolver um conjunto de projetos. Ainda o último do agrupamento Escolas de Albufeira aconteceu este fim de semana, com as Olimpíadas do Ser, que envolve, para além de toda a comunidade escolar, docente e não docente, também as famílias, os pais a serem levados à escola a participar. Incluindo também o outro passo que demos, justamente levar a que o Plano Nacional das Artes acontecesse nos três agrupamentos, eu penso que tem sido também uma oportunidade muito grande para os jovens, que possam estar mais desmotivados em terminadas matérias explorarem o que têm de melhor em termos de cultura, em termos de arte e assim conseguirem encontrar um caminho. Isto são apenas alguns projetos que já tínhamos falado no anterior Conselho Municipal da Educação, essa preocupação já tinha sido falada, vamos ter outros em breve, que espero de forma com mais pormenor, elencar e explicar todos os projetos que estão a decorrer e alguma sugestão que possa sair, pois será



sempre bem-vinda, porque juntos, esta é uma questão de todos e juntos, certamente vamos continuar este bom trabalho no sucesso dos jovens. Em paralelo, tem sido também nessa preocupação, investirmos nas bolsas de estudo, não quero cometer aqui nenhum erro, mas penso que a Albufeira é dos concelhos do Algarve que mais apoia os jovens para irem para a faculdade, incluindo fizemos uma alteração no nosso regulamento no sentido de acrescentarmos os TESP, porque para quem não consegue efetivamente dar continuidade aos estudos no ensino dito normal, consegue sempre ter uma formação a nível profissional universitário e que nós também colocámos no nosso regulamento essa área. Depois dizer que, há todo um investimento no período de verão e nas pausas, quer pelo gabinete da Juventude, que o meu colega também tem estado a trabalhar para tentar ampliar ainda essa resposta, assim como no projeto "férias de Verão" e nos "tempos de brincar". Para além de tudo isto, estamos preocupados, temos a candidatura que submetemos para a ampliação da escola das Ferreiras, assim como os dois projetos que também estão terminados à espera de darmos continuidade, criarmos instalações que possam efetivamente também trazer uma qualidade para que estes projetos possam ser colocados em prática com melhores condições, com mais espaço, com mais salas adaptadas, porque efetivamente os tempos têm sido difíceis em termos de acréscimo de crianças, mas eu penso que os três agrupamentos em conjunto que a autarquia, numa sinergia de muita proximidade, temos conseguido dar resposta e acreditamos que estamos no bom caminho e vamos dar continuidade ao mesmo." -----

André Lima: "Boa noite a todos, vinha só instar o Senhor Presidente, a autarquia investe tanto dinheiro, e bem na maior parte das situações em assinalar efemérides, e outros eventos que promove, acho que o vinte e cinco de abril merece ser visto e celebrado de forma bem mais intensa e com um investimento, o que não quer dizer que o que foi feito foi mal, o que foi feito acho muito bem, acho que podemos e devemos fazer numa altura como esta, e volto a dizer que por muito que por vezes venha aqui alguns dos deputados da oposição serem um bocadinho mais intensos ou a colocarem questões, isso não deixa de ser a democracia, exatamente para isso que fomos eleitos, o perigo que existe neste momento é exatamente contra essa democracia e parece-me cada vez mais importante que o vinte e cinco de abril seja acelerado e visto de forma mais intensa, mais detalhada, eventualmente até mais prolongada. E lá está, se investimos tanto em assinalar tantas efemérides, é um desafio que deixo aqui a este



executivo ou o próximo que cá estiver, que invista a sério na celebração do vinte e cinco de abril.” -----

Domingos Coelho: “Julgo que foi no fim do verão, numa dessas assembleias, que levantei a questão dos passeios de moto quatro pelo interior do concelho, pelo prejuízo que fazem sobre os caminhos, sobre culturas junto aos caminhos, porque invadem completamente as sementeiras que estão à volta dos caminhos, e pelo ruído, ou seja, o que eles fazem não é passeios, o que fazem são autênticos ralis e provocam exatamente o levantar do pó. Na altura sugeri e o Senhor Presidente disse que iria pensar, surgiu que antes do Verão se fizesse uma reunião com estes operadores para disciplinar aquela atividade de modo até que o interior beneficiasse algo mais do que aquilo que parece que não beneficia, ou pouco. Acima de tudo, julgo que até é uma questão de respeito pelos residentes e pelas pessoas que exercem uma atividade agrícola, ou pelas pessoas que simplesmente caminham muitas vezes e apanham aqueles banhos de pó, que é um ultraje a quem passa e olha para o lado daqueles que vão conduzir. Portanto, a minha pergunta é se o Senhor Presidente pensa ou já fez uma reunião com esses operadores para disciplinar a atividade?” -----

Luna Silva: “Só queria dizer que lamento, senhor Presidente, de facto lamento, que o Senhor Presidente, como representante máximo dos munícipes deste concelho, entenda que não tem que se pronunciar ou se quer ditar uma palavra sobre a celebração, se foi boa ou se foi má para a cidade, quando esta procissão teve um impacto e um alcance enorme em todos os meios de comunicação social, sem esquecer o descontentamento geral dos nossos munícipes.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “É só para responder à questão dos atestados que o deputado Quintino tinha colocado às Juntas de Freguesia, nós como é lógico estamos lá para cumprir a lei, tanto é que, no passado dia onze de abril existiu uma ação de formação que a ANAFRE organizou sobre os atestados e eu fiz questão que a minha Junta estivesse lá representada. Em relação à deservagem que o senhor Vice-Presidente acabou de falar, a Freguesia da Guia não aplica herbicidas, tanto é que algumas zonas já fizemos duas, três passagens e até ao final do ano vamos fazer muitas mais.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, para responder ao meu freguês e deputado Quintino, e para tranquilizá-lo, faço as minhas palavras as do Dinis, para dizer que também estivemos representados na ANAFRE, penso que fomos



as duas únicas freguesias, para falar sobre o CPA e sobre atestados de residência. A minha freguesia foi uma das primeiras a ter algumas medidas restritivas, começamos a pedir alguns elementos que pudessem fazer prova da justificação dos atestados, ainda hoje mesmo estive reunido com os meus colaboradores que trabalham precisamente nessa área do atendimento, porque as juntas de freguesia têm a obrigação de passar os atestados de residência, é de lei, não podemos dizer que não, podemos sim, se a pessoa não residir cá não vamos passar falsas declarações. Temos de ter atenção os nossos contribuintes e temos de ter em atenção sobretudo que os atestados de residência são passados para os residentes na freguesia, tanto pessoas residentes cidadãos portugueses, como cidadãos estrangeiros, e temos ter em atenção o seguinte, temos muitos cidadãos estrangeiros, que já estão residentes há nove e dez anos em Portugal, temos de ter isso em atenção, pegando nas palavras do nosso Presidente que disse dos nossos imigrantes que passamos o mesmo em outros países. Temos de ter extrema atenção à imigração e nós estamos atentos a isso, Ferreiras foi das primeiras freguesias a ter muitas medidas restritivas precisamente por isso. Deixo o nosso deputado tranquilo porque nós estamos preocupados com isso.” -----

Presidente da Câmara: “Para responder, a questão da intensidade com que o vinte e cinco de abril é comemorado, dependerá muitas vezes da presença ou da ausência de cada um em determinadas situações e que também se pode medir por aí a intensidade ou a falta dela, portanto, agora cada um entenda isto da forma como quiser. Relativamente à questão da manifestação, uma vez mais digo e repito, não me compete estar a imaginar as perceções que determinada situação possa ocorrer e dependendo de uma perceção que eu poderia imaginar que fosse boa ou má, assim decidir sobre esse mesmo sentimento de perceção, portanto, não iria por aí, iria é que tem que ser com critérios, tem que ser com regras, e tem que ser com vigilância, obviamente, como qualquer outra manifestação, seja ela de carácter político seja de carácter religioso. Há muitas manifestações, que são de carácter político neste país, aqui já foram feitas duas no mesmo dia, não foi há muito tempo, em Lisboa são imensas, portanto, há outras manifestações de rua, manifestações religiosas, desportivas, enfim, há manifestações da mais diversa índole e características, agora cada depois terá as suas fundamentações, as suas causas, evidentemente que não é bom ter a política à sombra da religião, nada disso, não é isso que se pretende, mas também não era isso que estava solicitado e estava descrito na missiva que eles enviaram para a câmara. Relativamente



às moto quatro, evidentemente que é um problema sobre os prejuízos que eventualmente poderão causar, não só nas culturas, mas também nos caminhos e o mau estar das pessoas que vivem por lá e que trabalham naquelas zonas, não fiz ainda a reunião, já falei com o promotor destes programas de expedições ao interior do concelho, o objetivo não é acabar com isto, é potenciar a parte positiva que isto tem, porque também tem e se nós queremos potenciar o interior, também temos que fazer alguma coisa pelo interior do concelho para diversificar um pouco até aquilo que é o turismo, senão veja-se a questão das marítimo-turísticas, agora na parte do mar, estas na parte da serra e do barrocal, acho que são interessantes. Agora tem que evitar estes prejuízos que eventualmente possam ser colmatados e possam ser minimizados ou até anulados. Vou ver se consigo durante a próxima semana fazer uma reunião, pelo menos com um dos promotores, sei que há mais, e talvez todos em conjunto chegamos a uma conclusão." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: "Antes de entrar na Ordem do Dia, quero agradecer à senhora Presidente da Junta e à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água de nos ter recebido tão bem hoje e, nos ter recebido ainda melhor no dia vinte e oito em que houve o apagão. De facto, tinham aqui um banquete para todos nós, infelizmente o apagão não permitiu que dele todos usufríssemos, foram só alguns que na altura estavam presentes e que tiveram essa oportunidade de nele participar. Era realmente algo extraordinário, tivemos até um chef que veio cozinhar para nós. Hoje temos também aqui uma excelente receção por parte da senhora Presidente e da Junta, que não se compara com aquela que tivemos da outra vez, mas é sempre agradável sermos recebidos desta maneira, e mais uma vez muito obrigado à junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água." -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "No dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e cinco foi assinado pelo Senhor Presidente, o ajuste direto para aquisição de serviços de revisão do projeto de execução, demolição e reconstrução do posto territorial da GNR em Olhos de Água pelo valor de oito mil novecentos e cinquenta euros, o partido Chega espera que esta revisão seja célere a fim de colocar o projeto de reconstrução em marcha, para que as nossas forças de segurança tenham finalmente um posto territorial digno para trabalhar com as condições que tanto precisam. Ainda na página treze podemos ler que foi deliberado ceder temporariamente e de forma gratuita, uma habitação para alojar os militares da Marinha que irão efetuar vigilância apeada e motorizada nas diversas praias de Albufeira, entre período de dezassete de abril e trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco, excelente iniciativa deste município, que tem sido já uma prática corrente, contudo, o partido Chega questiona a câmara se também cede ou tem intenções em ceder na eventualidade de ter disponibilidade, em ceder também uma habitação para alojamento a elementos da Guarda Nacional Republicana, uma vez que a falta de recursos humanos é a maior problemática da GNR do nosso concelho." -----

Presidente da Câmara: "Muito simples essa questão, enquanto a autoridade marítima nos pede ininterruptamente consecutivamente todos os anos acomodação para estas pessoas, a GNR não tem solicitado isso. Portanto, o problema da GNR não é apenas um problema de falta de habitações para os militares que possam vir para aqui, é não haver mesmo militares para vir para cá, é completamente diferente, quando isso acontecer, com certeza, que iremos tentar arranjar uma solução que possa resolver o problema, se o problema for só esse, mas não é." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia encerrou o ponto. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 24/03/2025; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a ata a votação. -----



VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Inês Mendonça, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Teresa Neto e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, pelo que não votaram. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos às freguesias do concelho;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2024 - **Estatuto do Direito de Oposição;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "A bancada do Albufeira Prometida da análise que fez a este relatório considera que o mesmo não reflete a realidade. A nossa experiência neste mandato diz-nos que o respeito pela oposição é muito pouco, pois este executivo a maior parte das vezes marca reuniões de trabalho ou de esclarecimentos com pouca antecedência e em horários de expediente, para além da não entrega de documentos solicitados, ou que suportem pedidos de esclarecimento. Apesar de ser uma tomada de conhecimento este relatório não merece nem transparece um verdadeiro direito à oposição, como está definido na lei." -----



Domingos Coelho: "Corroboro em parte com algumas questões que foram aqui citadas pela colega Mónica, penso que neste relatório deveria constar que nem sempre foi fornecida, pelo menos atempadamente informações que foram solicitadas aqui na Assembleia. Penso que umas vezes, porque foram dadas mais tarde ou não foram dadas e penso que deveria constar essa essa situação no devido relatório." -----

Luna Silva: "O partido Chega entende que o estatuto de direito de oposição no âmbito do direito à informação não é, de facto, devidamente cumprido pela Câmara Municipal. As questões que são colocadas pela deputada junto do Senhor Presidente, nunca que são respondidas de forma direta nem aberta, as respostas apresentadas não são explícitas nem claras, o que leva por diversas vezes a deputada a ter que voltar a colocar a mesma questão, mesmo após os esclarecimentos do Senhor Presidente. Mas esta situação não se aplica apenas aos deputados, mas também o público que vem a esta casa da democracia ver os seus problemas resolvidos, as suas situações solucionadas por falta de resposta dos serviços e saem daqui sem nada, sem uma palavra de certeza e sem palavra de segurança. E isso verificou-se hoje, mais uma vez. O ponto quatro, este relatório é efetivamente uma tomada de conhecimento, não é alvo de uma votação, mas, caso fosse, não há dúvidas que o voto partido Chega seria contra." -----

Presidente da Câmara: "Muito rapidamente sobre as questões aqui levantadas, sobre a questão das datas com que são comunicadas algumas questões, algumas reuniões, algumas marcações, vamos tentar melhorar a situação, mas nem sempre é possível isso acontecer, uma vez que a urgência e a celeridade das coisas às vezes obriga que seja assim. Relativamente à questão do "nunca se sai daqui com uma resposta", isso acho que depende da interpretação que se dá resposta, se calhar para muita gente sai daqui com respostas objetivas, claras, diretas, concisas e poderá haver uma outra mais instável, digamos assim, menos assertiva, é natural. É natural porque há respostas que não se conseguem dar logo, há coisas que é impossível, há outras coisas que é possível acertar com objetividade da questão e a concretização das coisas, portanto, e nem sempre depende de nós. Ainda há bocado, disse aqui qualquer coisa sobre o dia vinte e dois, que foi a pavimentação da estrada de Paderne, a N395, sobre aquelas obras que lá estão a decorrer, se acontece qualquer coisa que a empresa não possa fazer aquela pavimentação, então sai daqui com uma resposta errada? Não, hoje tinha conhecimento que é para ser dia vinte e dois, está programado para dia vinte e dois e se não for dia



vinte e dois por uma razão qualquer? Fui eu que não respondi correto? Não, portanto, são questões que são mais ou menos laterais, no entanto, evidentemente que já percebi que é preciso melhorar a elaboração deste estatuto do direito à oposição. Vamos tentar fazer isso, vou transmitir isso aos serviços competentes, para que não deixem passar nada em claro e vamos tentar melhorar aqui algumas questões." -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento da **Informação Semestral Económica e Financeira do município**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Se me permite a Mesa, remeto aquilo que teria a declarar sobre este ponto, juntamente com o ponto doze, da prestação de contas, ou seja, isto é tomada de conhecimento, tínhamos algumas questões a levantar, mas que, enfim, não tem consequências, portanto, digamos que pegamos neste ponto e transitamos para o ponto doze também." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta relacionada com a **Taxa Turística**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "É obvio que não vou falar para aquilo que vem, mas para aquilo que passou. A minha questão é se é possível fazer uma listagem para onde foi canalizada a verba. A verba foram quatro virgula três milhões de recolha de taxa turística, ou seja, como é que foram investidos esses quatro virgula três milhões? Em que rubricas? Para que a Assembleia possa ter conhecimento, tanto mais que na altura foi aqui discutido para onde essa verba poderia ser canalizada." -----



Presidente da Câmara:“ Foi investido algum dele, pelo menos, hei de trazer aqui um relatório sobre a questão da cobrança e aplicação das verbas arrecadadas com a taxa turística do ano dois mil e vinte e quatro, trazê-la à Câmara e depois à Assembleia para que se possa aquilatar e temos de melhorar a informação, isso é extremamente importante melhorar a informação da utilização desse dinheiro. Aliás, qualquer coisa que seja feito com esse dinheiro tem que estar anunciado e comunicado que aquela verba gasta naquele evento, naquela atividade, naquela empreitada, naquela obra ou naquele serviço é oriundo da taxa turística, para as pessoas perceberem onde é que é aplicada a taxa turística. Evidentemente, terá que ser questões relacionadas direta ou indiretamente com o turismo, mas isso em Albufeira é praticamente tudo relacionado com o turismo, há pouca coisa que não é. A seu tempo vem cá um relatório sobre isso.” - Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, Teresa Neto, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à proposta de **Renovação do Contrato Parceria - Museu ZerO**, pelo valor de 10.500€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, Teresa Neto, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao **Protocolo para Funcionamento da 1ª e 2ª Equipas de Intervenção Permanentes (EIP)** de Albufeira, pelo valor de 299.876,84€; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, Teresa Neto, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao **Protocolo para Funcionamento da 4ª Equipa de Intervenção Permanentes (EIP)** de Albufeira, pelo valor de 155.320,79€; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, Teresa Neto, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente ao **Apoio à ACRAL no âmbito do Projeto "Formação Empresarial Conjunta (Formação-Ação)**, pelo valor de 85.762,50€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, Teresa Neto, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do **Inventário do Património respeitante ao ano de 2024**; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, a banca de Albufeira Prometida tem algumas questões ao executivo, na pessoa do Senhor Presidente, que carecem de resposta cabal para podemos votar em consciência. Pergunta número um: qual o motivo da diferença de cinquenta mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos existente entre o mapa síntese detalhado do património e o valor que consta no balanço? Pergunta número dois: como é possível ainda ter em diversos bens pendentes de avaliação e, por isso, questionamos que elementos faltam para serem concluídas as avaliações e para quando essa conclusão. Pergunta três: por outro lado, é a terceira prestação de contas consecutivas que referem que ainda não foi possível ter acesso às cadernetas prediais de terrenos onde estão implantados algumas infraestruturas, como reservatórios, furos, estações elevatórias, ect., gostaríamos assim de saber qual é a dificuldade do município na obtenção destes dados e o que pensam fazer a curto prazo para resolver esta situação?" -----

Domingos Coelho: "A autarquia tem uma garagem no edifício Finisterra, como julgo saber, uma área apreciável, minha pergunta é se está a ser usada e em que condições? Ou se está usada, porque que não se aposta, digamos, na alienação daquele espaço e com esse dinheiro utilizá-lo num investimento a habitação, penso que teria todo o sentido. Não estou a ver como é que aquele espaço tem utilidade pública, com aquela localização." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, sobre o ponto em questão, irei fazer um reparo e uma nota importante, senão vejamos, no ano de dois mil e vinte e um, nos bens de domínio público conta quatrocentos e trinta e edifícios e outras construções conta quatrocentos e trinta e dois, lia-se o seguinte: "o município é proprietário de alguns desses bens sem valor inicial registado aos quais ainda não foi possível atribuir o VPT por não dispormos da respetiva caderneta predial." No ano dois mil e vinte e dois, a situação repete-se, "o município é proprietário de alguns bens sem valor inicial registado aos quais ainda não foi possível atribuir o VPT por não dispor ainda respetiva caderneta predial". No ano dois mil e vinte e três mantém-se o mesmo e agora, no ano dois mil e vinte e quatro, podemos ler mais uma vez que os edifícios e outras construções relativamente a bens de domínio privado, o município também é



proprietário de alguns bens, sem valor inicial atribuído, reservatórios, furos, estações elevatórias e ainda bens cedidos em direito de superfície cujo valor patrimonial não temos conhecimento por não termos a caderneta predial dos mesmos em nome do município, estando as mesmas em nome dos superficiários. Eu pergunto ao Senhor Presidente, porque é que em quatro anos a câmara não conseguiu regularizar a documentação dos ativos fixos tangíveis sobre edifícios e construções?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão levantada pelo deputado Domingos, sobre a questão da garagem construída no edifício Finisterra, nós estamos a utilizar aquilo para vários efeitos, nomeadamente questões relacionadas com apreensões da polícia municipal, com mobiliário que é recebido e depois é entregue noutros sítios, a própria Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água solicitou-nos também algum apoio para armazenar e para guardar algumas coisas temporariamente, portanto, não vai ficar com certeza assim, provavelmente vai ter outra função, com certeza que não esta, mas agora está a ser usada, por enquanto, porque é realmente uma necessidade. Relativamente às questões relacionadas com o património, pedia ao senhor Vereador Ricardo, como tem este pelouro para fazer resposta às questões." -----

Vereador Ricardo Clemente: "Gostaria, se fosse possível fazer chegar o email com a informação, porque há uma das questões que não vou conseguir responder aqui. Quanto às outras questões aqui colocadas sobre a avaliação dos prédios e dos espaços que o município tem, ainda não avaliados, está a ser tratado, claro que não é um trabalho fácil, nem de um dia para o outro se faz, como devem calcular e não só depende do município como depende de outras entidades que também têm de colaborar com o município, por forma a que consigamos avaliar os espaços que não têm avaliação, mas esse trabalho a ser feito, já começou a ser desenvolvido." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, face aos esclarecimentos vagos pelo senhor Vereador Ricardo Clemente, o partido Chega está convencido que irá manter o mesmo sentido de voto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, Teresa Neto, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos **Documentos de Prestação de Contas do Município de 2024;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carla Valério, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, André Lima, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: dez (10) Adriano Ferrão, David Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luis Afonso, Rui Bernardo, Teresa Neto e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Domingos Coelho apresentou e leu declaração de voto da bancada do Partido Socialista. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Carla Vieira apresentou e leu declaração de voto da bancada do Albufeira Prometida. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

PONTO TREZE

prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Concurso Público para **fornecimento de três autocarros e duas viaturas ligeiras de 9 lugares, todos equipados para o**



Transporte coletivo de crianças, com bancos amovíveis para transporte de cadeira de rodas e plataforma elevatória de acesso, pelo valor base de 990.000€ + IVA; ----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Penso que a Câmara carece das viaturas, lidamos dia a dia tanto as Juntas como as Associações, notamos isso, a minha questão é o seguinte, os autocarros são elétricos, portanto, são os da nova geração, só que por exemplo, uma equipa que venha do Porto, ou uma equipa que venha de Lisboa num autocarro desses nunca consegue chegar lá. O que é que acontece, antigamente a Câmara apoiava muito as Juntas, as Associações com os transportes, ultimamente tem se visto uma decadência nesse aspeto. A Câmara subsidia e bem, ajuda muito as Associações, não estamos aqui a criticar, estou até agradecer, porque tanto a minha Junta como as Associações que eu faço parte têm sido beneficiadas, a minha questão é o seguinte: nós temos que ver o ponto em que a Câmara nos apoia, nós vamos em carrinhas, nós estamos a transmitir aos miúdos logo à partida uma divisão, estamos a criar grupinhos, mas prontos, vão duas carrinhas vão dois grupos, portanto, antigamente não acontecia isso. Antigamente íamos num autocarro cedido pela autarquia, era um espírito de equipa, era uma equipa coesa e isso vai-se dividindo e começa logo por esses pequenos pormenores, as pessoas pensam que são pequenos pormenores mas passa por aí. É facto que os autocarros fazem falta, como as duas viaturas, quem lida diariamente com as Associações sabe o que estou a falar, portanto, esses três autocarros não chegavam, precisavam se calhar de dez, mas a Câmara não tem meios financeiros para fazer isso, mas também temos de ter em atenção, que estamos a adquirir autocarros que não têm autonomia própria, só para o Algarve e para as escolas. Isso se calhar foi adquirido para as escolas, mas temos de ter em atenção no âmbito desportivo e no âmbito de social, quando fazemos estas aquisições, devemos pensar na sociedade em si, nos prós e contras." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão dos transportes, é preciso é que os autocarros não servem apenas os clubes desportivos, servem também os transportes escolares, que é essencialmente a estas duas valências, bem como as Associações. Há aqui várias situações, que já há alguns anos a esta parte, temos vindo a colmatar com às vezes a não possibilidade de emprestar um autocarro para ir levar os atletas aqui ou



ali. Já há bastantes anos, começámos com um procedimento de atribuir, era cerca de vinte mil euros para aquisição de carrinhas de nove lugares, houve muitos clubes que usaram essa prerrogativa, houve também e tem havido ao longo destes anos, o primeiro foi precisamente o Futebol Clube de Ferreiras, foi o primeiro autocarro a ser entregue a um clube, depois seguiu-se, salvo erro o Imortal ou Guia, o Atlético também tem, agora esta questão do Padernense, entretanto, com a lei dos compromissos veio prejudicar a questão de autocarros para emprestar os clubes. Então o que é que fizemos? Ultrapassámos essa situação, na altura refleti muito sobre isso, e trabalhei muito nessa situação, atribuindo uma quota de combustível, ainda agora existe essa situação e foi criada por causa da lei dos compromissos, então foi uma forma de evitar que os clubes ficassem em terra e que não fossem competir. Relativamente a isto, evidentemente que há de haver sempre dificuldades, se os autocarros forem elétricos não dá para ir distâncias maiores, por enquanto, há de vir a dar quando houver carregadores, mas esta situação também é para possibilitar a candidatura de valores a comprar estes autocarros comparticipados. Evidentemente que estes autocarros elétricos dá para andar aqui, pelo menos no Algarve todo, e aí há muita deslocação, porque eu já tenho dito a nível do desporto e não só, as caminhadas e por aí fora, que é o grosso da utilização dos autocarros durante os fins de semana, é dos concelhos que mais equipas desportivas, nas variadíssimas modalidades, salvo erro vinte e três modalidades, em termos daquilo que é a área do concelho. É um concelho pequeníssimo e, no entanto, em termos só de as equipas de formação do futebol, os quatro clubes que temos, Imortal, Futebol Clube de Ferreiras, Guia e Padernense, só estes quatro clubes que são de um concelho pequeníssimo têm um número superior a nível da Associação de Futebol do Algarve, portanto, isto é digno de ser dito e de ser registado. É um item para o nível de vida acontecer em Albufeira, por isso é que eu digo muitas vezes, que estamos a degradar aquilo que não é degradável e estamos a esquecer que existe muita outra coisa, muito trabalho aqui envolvido, que muitas vezes não se vê, muitas vezes não se sabe, porque às vezes também há falta de comunicação, outras vezes comunica-se, e é porque se comunica de mais, porque é eleitoralismo, e não pode ser visto assim dessa maneira. As pessoas precisam de saber e precisam de estar informadas, isto precisa de ser comunicado. Portanto, estas situações é para colmatar, evidentemente, para deslocações a outros sítios mais longe que o Algarve terá que haver outras formas e vai haver com certeza. " -----



Carla Madeira: "Só para dizer que eu represento em parte o Padernense, agradeço todo o apoio que a Câmara dá e tem andado, agora, a verdade é que nós temos um problema ali e que se prende com o seguinte, nós temos duas carrinhas que é do Padernense e nenhuma delas tem capacidade para transportar crianças menores de dezasseis anos, e foi-nos entregue um autocarro que não tinha essa capacidade também, portanto, nós ficamos na mesma. Nós só precisamos de um transporte para os meninos, mais nada, porque para os séniores nós temos transporte, mal ou bem, e a Câmara tem providenciado efetivamente combustível e apoio para as deslocações, por exemplo do ténis de mesa, que é quem mais sai de fora da região, agora o resto, nós não temos hipótese, nós temos de carregar os meninos cada um no seu carro, é só isso." -----

Vice-Presidente: "Isto era tudo facilmente resolvido. Eu acho que estas circunstâncias de hoje em dia, de virmos para a Assembleia Municipal falar de assuntos que reiteradamente podem ser debatidos à porta fechada, em que eu próprio já tive mais de dez reuniões com o Presidente do Padernense para resolver variadíssimas questões e quando a questão não é colocada, portanto, o executivo não consegue resolver. É que estamos a falar de uma situação que se efetivamente alguém do Padernense Clube tivesse chegado, agendado, falado para resolver esta questão específica, eu podia dizer assim, bom, estamos em falta, mas não foi isso que se passou, e é preciso que as pessoas lá em casa e também as pessoas que estão aqui percebam o que é que se está a passar. Portanto, nós resolvemos as questões que nos são colocadas, não resolvemos questões por interpostas pessoas e porque pensamos. Não, eu não tinha conhecimento rigorosamente nenhum desta situação e, portanto, nunca me foi comunicado nada, nem foi comunicado ao executivo, este é que é o ponto. A única situação que foi colocada foi efetivamente da disponibilidade da autarquia para ceder o autocarro de vinte e sete lugares, prontamente o fizemos, portanto, se tivessem sido colocadas estas questões, o problema estava já resolvido, mas há muito tempo, como resolvemos inúmeras questões subjacentes ao estádio, como referi há pouco, ao pavilhão e à questão dos Montes do Elóis. O que eu peço é que as coisas quando têm que ser debatidas, façam-no nos seus devidos canais e não utilizem a Assembleia Municipal, quando um simples telefonema ou um simples email servia para resolver esta questão, e isto era uma não questão aqui, desculpem lá o desabafo. Esta situação é complicada para quem trabalha

todos os dias, como nós, o executivo, uma situação destas era facilmente resolvida com um e-mail ou com um telefonema e a situação estava já sanada." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor vereador há uma coisa que é certa, as pessoas são livres e têm a possibilidade de na Assembleia Municipal colocarem as questões que entenderem. Como tal, como o senhor Vereador tem também a possibilidade de responder da forma que entende. É exatamente essa a questão, as pessoas aqui têm a possibilidade de colocar as questões e ninguém lhes vai retirar a palavra ou limitar a sua intervenção. Tal como o senhor Vereador entendeu, na defesa da honra, dar resposta a uma questão que segundo a sua opinião poderia ter sido resolvida de outra forma. Agora, nesta Assembleia algo que sempre existirá, é a possibilidade e a liberdade das pessoas poderem dizer aquilo que bem entendem, desde que não ofendam e que não excedam os limites da boa educação e respeito." -----

Vice-Presidente: "Desculpe lá, não foi isso que eu disse, têm todo o direito, mas a senhora é membro da Assembleia Municipal, mas também é dirigente de um clube, e foi nessa qualidade que eu referi, enquanto dirigente de um clube." -----

Presidente da Assembleia: "A senhora está na Assembleia e tem o direito de falar na Assembleia, como entender, tal e qual como o senhor Vereador tem o direito de responder." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, Teresa Neto, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à **Declaração de compromisso da capacidade para a realização de**



investimento para aquisição de veículos operacionais de combate a incêndios, pelo valor de 915.000€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, Teresa Neto, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 12 de maio de 2025 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Doc. n.º 1



Silvina
[Handwritten signatures]

Prestação de contas – 2024

Declaração de voto da bancada do PS

Relativa ao ponto 12 da Ordem de Trabalhos

- 1) A análise à proposta de Prestação de Contas que agora se delibera, deve, no nosso entendimento, ir para além de mero exercício contabilístico, para se constituir num momento de reflexão sobre a gestão e execução orçamental de 2024.
- 2) Reconhecer, desde já, o trabalho desenvolvido pelos técnicos da Autarquia na elaboração do presente documento;
- 3) Aquando da aprovação da 1ª revisão orçamental de 2022 e a transição de saldo do ano anterior, foi assinado entre o PS e o Executivo uma Declaração de Compromisso que previa a realização de alguns projetos/obras. Ao longo de todo este tempo, nunca foi apresentado qualquer relatório de execução do dito compromisso apesar de vários pedidos nesse sentido, inclusivamente por escrito;



4) Ainda neste contexto político foi assumido pelo Sr. Presidente que daí em diante, todos os assuntos/decisões de cariz estrutural seriam apresentados aos partidos/forças políticas, com o devido tempo para que pudessem apresentar propostas. Todavia, tal assunção nunca se concretizou na sua totalidade;

Sr. Presidente
D. Luís
D. João
D. João

5) Seguem-se alguns valores constantes em várias rubricas desta Prestação de Contas que caracterizam a gestão e execução orçamental desenvolvida pelo Executivo;

a) Receita orçamentada em 2021 – 74 milhões de euros

Receita orçamentada em 2024 – 97 milhões mas corrigida para 103 milhões. Face a 2021 um aumento superior a 35%.

Despesa corrente orçamentada em 2024 – 75 milhões de euros. Despesa corrigida – para 112 milhões, uma diferença de 37 milhões, mais 50% do valor orçamentado.

b) Execução orçamental: a despesa corrente executada a 79%; despesa de capital que só representa 21% da despesa total, apenas executada a 40%.

A despesa em 2024 foi 22% superior a 2023.



- c) Impostos diretos; 50 milhões de euros, destes, 20 de IMI e 30 milhões de IMT. O mais significativo da recolha de impostos de 2024 é a redução de 3,9 milhões de euros n.º IMT face a 2023. Esta redução talvez seja o aviso mais importante para o futuro imediato das finanças da autarquia.
- d) Impostos indiretos: 4,5 milhões; Taxas diversas 1,2 milhões; Taxa Turística 4,3 milhões de euros.
- e) Gastos por grandes áreas: Festa de Fim de ano 1,6 milhões; Comemorações de Natal 643 mil euros, Produções televisivas 565 mil euros. Só estas três rubricas em 2024 representaram quase três milhões de euros de despesa.
- f) Compra de água para consumo 8,5 milhões; venda 10,5 milhões, lucro de 2 milhões de euros.
- g) Despesa com Habitação. Nas GOP orçamentada uma verba de 654 mil euros, mas somente 352 mil foram executados. Ao longo do seu mandato este executivo arrecadou cerca de 120 milhões de euros em IMT, imposto recolhido diretamente sobre a venda de edifícios. Se tivesse destinado 10% desse valor para a Habitação teria o executivo à

S. W. Dias
D. K.
A.

4 sua disposição 12 milhões de euros para comprar terrenos e construir habitação. Não foi essa a sua opção, o valor orçamentado ficou pela metade e a sua execução ficou bem aquém desse valor.

Conclusão

A presente prestação de contas faz um balanço sobre os documentos previsionais, Gop e Orçamento, e o seu grau de execução. A primeira conclusão a tirar é que esses documentos foram pouco fiáveis registando-se desvios significativos, alguns atingindo os 50% que resultaram, nuns casos de sub-orçamentação e noutros de sobre-orçamentação. Estas opções, mais de política de engenharia financeira e não assentes numa realidade orçamental que anteriores exercícios orçamentais já deixavam antever, têm sido uma constante ao longo do mandato deste executivo.

Albufeira, 12 de Maio de 2025

A bancada do Partido Socialista



The image shows several handwritten signatures in blue ink. One signature is clearly legible as 'Silvia Dias'. Another signature below it appears to be 'S. Silva'. To the right, there are more signatures, with one that looks like 'S. Silva' and another that is partially legible as 'S. Silva'.



DECLARAÇÃO DE VOTO PONTO DOZE - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO RESPEITANTES AO ANO DE 2024

A Bancada do Albufeira Prometida após análise dos documentos referentes á prestação de contas do Município respeitante ao ano 2024, que será a última a ser apreciada neste mandato, enferma dos mesmos problemas e vícios das anteriores, e que fomos alertando e referindo nestes últimos 4 anos:

1. Excessiva terceirização de serviços (fazendo do Município uma verdadeira central de compras);
 2. Uma estrutura de despesas fixas (com pessoal e aquisição de bens e serviços) demasiado pesada que representa mais de 70% da receita corrente, sendo que se considerarmos a receita corrente sem transferências correntes, o peso das despesas com pessoal passa para 36% e o da aquisição de bens e serviços para 54,71% da receita corrente, o que, nas mais básicas noções de gestão, é um grande alerta para a sustentabilidade e integridade das finanças municipais que poderá no futuro estar em causa, se nada for feito em contrário;
 3. Verificamos que a recorrente suborçamentação, que já é crónica e que provoca déficits e, consequentemente, dívida;
 4. O Subaproveitamento dos fundos comunitários e a falta de aposta nos mesmos, leva-nos a crer que se desperdiçaram oportunidades de investimento em infra estruturas essenciais ao bem-estar dos municípios.
 - 5- Relativamente à receita, e como já tínhamos alertado, denota-se uma quebra significativa nas receitas de IMT que tinha sido o grande balão de oxigénio para as despesas municipais tendo uma quebra de cerca de 24% (cerca de 7 milhões de euros) entre 2022 e 2024.
 - 6- Por outro lado, as despesas com aquisição de bens e serviços aumentaram cerca de 16,32%, com o pessoal em 6,26% e as outras despesas correntes 89,30%, entre 2023/2024. O saldo para a gerência seguinte baixou em cerca de 15%, sendo que o passivo cresceu cerca de 71%, enquanto o activo aumentou, apenas, cerca de 8,37%. O resultado líquido do exercício é negativo em 4.241.350,03€ uma quebra de 9.772.047,14€ em relação ao ano de 2023, que tinha um resultado líquido positivo de 5.530.697,11€, sendo que este indicador demonstra bem a diferença existente entre custos e proveitos de 2023 para 2024.
 - 7- Outro sinal de alarme, e que vem ao encontro do que vimos a dizer ao longo do mandato, é o saldo primário, negativo em 14.230.280,21€ no ano de 2024 e que em 2023 era positivo em 11.536.076,39€, conforme consta da demonstração do desempenho orçamental para 2024. Este saldo teve um decréscimo de 25.766.356,60€, o que significa que a despesa corrente é superior à receita, e que o Município se encontra em desequilíbrio orçamental corrente, espelhando aqui, claramente o que temos vindo a afirmar e a reiterar: O Município vive acima das suas possibilidades. Este desequilíbrio é bem patente neste indicador.
 - 8- Por outro lado, os documentos mostram de uma forma clara e contundente, que as prioridades deste executivo estão invertidas. Verificamos que as despesas nas áreas mais importantes como *habitação, saúde e educação* equivalem apenas a 0,50%, 0,001% e 6,37% respectivamente, o que consideramos manifestamente insuficiente, principalmente no campo da habitação e da saúde, com a evidente carência perante as necessidades que temos, e que o executivo destina apenas 0,5% dos gastos totais, o que contrasta bem com as despesas efetuadas em diversas áreas, como festas e festinhas que somam este ano mais de 6 milhões de euros.
- Assim, para concluir, por mais que tenhamos alertado e demonstrado que o caminho seguido está errado, este executivo insiste em manter o mesmo rumo, que, na nossa opinião, está longe de ser o mais acertado. Continuamos a verificar os mesmos vícios e erros, onde a filosofia e as opções políticas desde executivo não se coaduna com as necessidades dos municípios. Daí as várias alterações e revisões orçamentais com recurso a transferência de verbas entre rubricas, o que faz com que as contas do exercício findo a 31/12/2024, não mereça o nosso voto de confiança, por isso **a Bancada do Albufeira Prometida não aprova as Contas do Município relativamente ao Ano 2024.**

Albufeira, 12 de Maio de 2025